

# **Demonstrações Contábeis**

**Ijuí Energia S.A.**

31 de dezembro de 2023

## **Conteúdo**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanco patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Ijuí Energia S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Ijuí Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024.

Ernst & Young  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O



Eduardo Wellichen  
Sócio  
Contador CRC-SP184050/O

**Ijuí Energia S.A.**  
**Balço patrimonial**  
**Em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de Reais)*

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
		<b>34.767</b>	<b>44.931</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4</b>	13.385	25.967
Títulos e valores mobiliários	<b>5</b>	6.004	6.315
Contas a receber de clientes	<b>6</b>	14.560	11.194
Despesas pagas antecipadamente		424	436
Adiantamento a fornecedores		359	995
Outros ativos		35	24
<b>Não circulante</b>			
		<b>356.410</b>	<b>372.108</b>
Tributos a compensar	<b>7</b>	3.187	5.618
Depósitos judiciais	<b>8</b>	4.582	4.598
Imobilizado	<b>9</b>	335.128	348.059
Intangível	<b>10</b>	13.513	13.833
<b>Total do ativo</b>		<b>391.177</b>	<b>417.039</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
		<b>22.836</b>	<b>28.348</b>
Fornecedores	<b>11</b>	2.803	2.981
Empréstimos e financiamentos	<b>12</b>	15.316	15.223
Arrendamentos	<b>16.1</b>	105	137
Salários e férias a pagar		859	731
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<b>13</b>	1.116	1.060
Outros tributos a pagar	<b>13</b>	952	862
Dividendos declarados	<b>16.1</b>	-	6.180
Uso do bem público	<b>10</b>	402	380
Provisões para gastos ambientais	<b>14</b>	-	98
Encargos setoriais		1.283	695
Outros passivos		-	1
<b>Não circulante</b>			
		<b>49.973</b>	<b>64.553</b>
Empréstimos e financiamentos	<b>12</b>	41.512	56.045
Arrendamentos	<b>16.1</b>	297	573
Uso do bem público	<b>10</b>	3.312	3.181
Provisões para contingências	<b>15</b>	4.169	4.169
Provisões para gastos ambientais	<b>14</b>	683	585
<b>Patrimônio líquido</b>			
		<b>318.368</b>	<b>324.138</b>
Capital social	<b>17</b>	298.936	298.936
Reservas de lucros		19.432	25.202
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>391.177</b>	<b>417.039</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Ijuí Energia S.A.**  
**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de Reais)*

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18</b>	<b>76.106</b>	<b>71.014</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Custos dos serviços prestados		(18.513)	(18.762)
Compra de energia elétrica		(3.225)	(1.549)
Depreciação e amortização		(14.626)	(12.833)
Utilização do bem público - UBP		(46)	(46)
	<b>19</b>	<b>(36.410)</b>	<b>(33.190)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>39.696</b>	<b>37.824</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>			
Administrativas e gerais		(1.390)	(1.528)
Depreciação e amortização		(127)	(169)
Pessoal		(1.673)	(1.495)
Honorários da diretoria e conselho de administração	<b>16.3</b>	(454)	(85)
Outras receitas		-	2
	<b>19</b>	<b>(3.644)</b>	<b>(3.275)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>36.052</b>	<b>34.549</b>
Despesas financeiras	<b>20</b>	(7.140)	(8.797)
Receitas financeiras	<b>20</b>	78	3.854
		<b>(7.062)</b>	<b>(4.943)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>28.990</b>	<b>29.606</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>21</b>	(2.466)	(3.585)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>26.524</b>	<b>26.021</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Ijuí Energia S.A.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de Reais)*

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	26.524	26.021
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>26.524</b>	<b>26.021</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Ijuí Energia S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>298.936</b>	<b>5.361</b>	<b>42.038</b>	<b>-</b>	<b>346.335</b>
Dividendos intermediários	-	-	(42.038)	-	(42.038)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.021	26.021
Reserva legal	-	1.301	-	(1.301)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.180)	(6.180)
Transferência para reserva de lucros	-	-	18.540	(18.540)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>298.936</b>	<b>6.662</b>	<b>18.540</b>	<b>-</b>	<b>324.138</b>
Dividendos intermediários	-	-	(18.540)	-	(18.540)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.524	26.524
Reserva legal	-	1.326	-	(1.326)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.299)	(6.299)
Dividendos intercalares	-	-	-	(7.455)	(7.455)
Transferência para reserva de lucros	-	-	11.444	(11.444)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>298.936</b>	<b>7.988</b>	<b>11.444</b>	<b>-</b>	<b>318.368</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Ijuí Energia S.A.**  
**Demonstrações do fluxo de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		28.990	29.606
<b>Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>			
Depreciação e amortização	<b>9 e 10</b>	14.799	13.048
Encargos de dívidas	<b>12.b</b>	6.353	7.532
Encargos de dívidas arrendamentos		5	83
Atualização monetária - uso do bem público	<b>10</b>	549	674
Outras variações monetárias líquidas		83	49
Provisão e estorno contingências		-	(241)
Receita de aplicações financeiras		(74)	(3.751)
Descontos financeiros obtidos		(2)	(1)
Baixa de ativos	<b>10</b>	-	24
		<b>50.703</b>	<b>47.023</b>
<b>Aumento no ativo</b>			
Contas a receber de clientes		(3.366)	(2.483)
Tributos a compensar		2.431	-
Despesas pagas antecipadamente		12	19
Adiantamento a fornecedores		636	(395)
Outros ativos		(30)	27
		<b>(317)</b>	<b>(2.832)</b>
<b>Aumento no passivo</b>			
Fornecedores		(175)	1.318
Encargos setoriais		512	146
Salários, férias e encargos sociais		128	194
Tributos a recolher		84	(790)
Outros passivos		(397)	(370)
		<b>152</b>	<b>498</b>
<b>Impostos de renda e contribuição pagos sobre o lucro</b>			
		(2.404)	(2.866)
<b>Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais</b>			
		<b>48.134</b>	<b>41.823</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Resgates em títulos e valores mobiliários		311	6.987
Aplicações em títulos e valores mobiliários		-	(6.315)
Resgates em investimento de curto prazo		19.337	79.244
Aplicações em investimento de curto prazo		(19.263)	(24.051)
Adições no imobilizado	<b>9</b>	(1.534)	(571)
Adições no intangível	<b>10</b>	(168)	(13)
<b>Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos</b>			
		<b>(1.317)</b>	<b>55.281</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamentos de dividendos		(38.475)	(51.079)
Amortização de principal arrendamentos		(126)	(116)
Amortização de juros de arrendamentos		(5)	(83)
Amortização de principal do financiamento	<b>12.b</b>	(15.032)	(14.875)
Amortização de juros do financiamento	<b>12.b</b>	(5.761)	(7.003)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>			
		<b>(59.399)</b>	<b>(73.156)</b>
<b>Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>(12.582)</b>	<b>23.948</b>
<b>Demonstração da redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo no início do exercício	<b>4</b>	25.967	2.019
Saldo no final do exercício	<b>4</b>	13.385	25.967
<b>Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>(12.582)</b>	<b>23.948</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis** *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

### **1 Informações gerais**

A Ijuí Energia S/A. (“Companhia” ou “Ijuí”) é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico”, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996 - 16º andar - Vila Olímpia - na cidade de São Paulo - SP, e tem por objeto explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões no Rio Grande do Sul, denominado Usina Hidrelétrica São José (“UHE São José”), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 1.369 de 28 de março de 2011, liberou a unidade geradora UG1, de 25.500 kW de capacidade instalada da UHE São José, para início da operação comercial a partir de 29 de março de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. Em 03 de junho de 2011, por meio do Despacho nº 2.369, foi liberada a unidade geradora UG2, de 25.500 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 04 de junho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema.

O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 006/2006-MME-UHE SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Ijuí e com potência instalada mínima de 51 MW.

Ademais, em 21 de outubro de 2022, a Companhia e a União celebraram o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.648 (mil e seiscentos e quarenta e oito) dias, ou seja, até 18 de fevereiro de 2046.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio do Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas – UHE’s Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN”, alterando a garantia física da UHE São José de 30,4 MW para 28,9 MW.

A partir de 1º de setembro de 2022 a Companhia passou a ser controlada pela Foz do Rio Claro S.A, cuja a participação direta é de 51%. A Foz do Rio Claro S.A é controlada pela Alupar Investimento S.A.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **Declaração de conformidade**

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 26 de março de 2024.

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados a valor justo.

### **Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e, despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis dos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 – Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- Nota 15 – Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### **3.1 Instrumentos financeiros**

##### **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:***

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### ***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **Desreconhecimento**

#### ***Ativo Financeiro***

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### ***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.2 Redução ao valor recuperável**

#### **Ativos financeiros não-derivativos**

##### ***Instrumentos financeiros***

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

##### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

##### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

##### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.



### ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### ***Ativos não financeiros***

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

## **3.3 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **3.4 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

### **3.5 Intangível**

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (06 de novembro de 2009), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público no Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Extensão da concessão: A administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa nº 10 - Intangível, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até fevereiro de 2046.

### **3.6 Tributação**

#### ***Tributos sobre as vendas***

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência. São deduzidos da Receita de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### ***Imposto de renda e contribuição social – correntes***

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas pelas alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

### **3.7 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D**

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos.

### **3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica**

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

### **3.9 Arrendamentos**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

### **3.10 Receita de geração de energia elétrica**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes:

(i) Suprimento de energia – ambiente regulado: a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 100% da garantia física, equivalente a 30,0MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2023 é de R\$ 303,66 MW/h (R\$ 277,81 MW/h em 2022), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de dezembro de 2005.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), e é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

### **3.11 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

### **3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

### **3.13 Informações por segmento**

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional.

### **3.14 Novas normas e interpretações**

#### **Em vigor desde 1º de janeiro de 2023**

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23);
- Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

#### **Novas normas e interpretações ainda não vigentes**

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo fixo	3	4
Banco conta movimento	13.382	25.963
	<u>13.385</u>	<u>25.967</u>

#### 5 Títulos e valores mobiliários

Instituição	31/12/2023	31/12/2022
BNDES	<u>6.004</u>	<u>6.315</u>

Aplicações em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número n° **08.2.0071.1** celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ijuí , o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, realizando movimentação, periodicamente, para pagamentos decorrentes dos contratos de financiamento, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora. As reservas estão aplicadas no Banco Itaú.

#### 6 Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado	13.327	10.847
Ajuste positivo CCEE	1.233	347
	<u>14.560</u>	<u>11.194</u>

Os montantes de suprimento de energia elétrica são constituídos pelos valores faturados em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica “Ajuste positivo CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

## 7 Tributos a compensar

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.187	3.187
Programa de Integração Social - PIS	-	439
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	1.992
	<b>3.187</b>	<b>5.618</b>

## 8 Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	10	10
Cíveis	4.572	4.588
	<b>4.582</b>	<b>4.598</b>

## 9 Imobilizado

O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2023:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2022	Adições	Transferências	Outros*	31/12/2023
<b>Em serviço</b>						
Terrenos	-	28.844	-	-	28	28.872
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	201.733	-	-	-	201.733
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	7%	35.371	537	4.205	-	40.113
Máquinas e Equipamentos	3%	221.066	997	-	-	222.063
Veículos	2%	82	-	-	-	82
Móveis e Utensílios	6%	79	-	-	-	79
Direito de Uso sobre Arrendamento	12%	1.110	-	-	(182)	928
Em curso		4.305	-	(4.305)	-	-
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>492.590</b>	<b>1.534</b>	<b>(100)</b>	<b>(154)</b>	<b>493.870</b>
<b>Depreciação</b>						
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(53.050)	(4.499)	-	-	(57.549)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(10.597)	(2.649)	-	-	(13.246)
Máquinas e Equipamentos		(80.301)	(6.949)	-	-	(87.250)
Veículos		(77)	(2)	-	-	(79)
Móveis e Utensílios		(47)	(5)	-	-	(52)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(459)	(107)	-	-	(566)
<b>Total da depreciação</b>		<b>(144.531)</b>	<b>(14.211)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(158.742)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>348.059</b>	<b>(12.677)</b>	<b>(100)</b>	<b>(154)</b>	<b>335.128</b>

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Outros*	31/12/2022
<b><u>Em serviço</u></b>					
Terrenos	-	28.844	-	-	28.844
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	201.431	302	-	201.733
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	19%	35.351	20	-	35.371
Máquinas e Equipamentos	5%	220.854	212	-	221.066
Veículos	12%	82	-	-	82
Móveis e Utensílios	6%	79	-	-	79
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	993	-	117	1.110
Em curso		4.268	37	-	4.305
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>491.902</b>	<b>571</b>	<b>117</b>	<b>492.590</b>
<b><u>Depreciação</u></b>					
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(48.555)	(4.495)	-	(53.050)
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias		(9.694)	(903)	-	(10.597)
Máquinas e Equipamentos		(73.400)	(6.901)	-	(80.301)
Veículos		(75)	(2)	-	(77)
Móveis e Utensílios		(42)	(5)	-	(47)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(306)	(153)	-	(459)
<b>Total da depreciação</b>		<b>(132.072)</b>	<b>(12.459)</b>	<b>-</b>	<b>(144.531)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>359.830</b>	<b>(11.888)</b>	<b>117</b>	<b>348.059</b>

\*Outros refere-se a remensuração do arrendamento.

O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2023 refere-se a montantes em discussões judiciais de âmbito fundiário.

## 10 Intangível

	Nota	Taxa média anual de amortização	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023
<b><u>Em serviço</u></b>						
Servidão		-	276	-	100	376
Software		2%	243	-	10	253
Uso do bem público - UBP (i)		2%	2.211	-	-	2.211
Extensão da Concessão (ii)		5%	13.093	-	-	13.093
Em curso		-	28	168	(10)	186
<b>Total do custo do intangível</b>			<b>15.851</b>	<b>168</b>	<b>100</b>	<b>16.119</b>
<b><u>Amortização</u></b>						
Software			(132)	(4)	-	(136)
Outros intangíveis			(101)	-	-	(101)
Uso do bem público - UBP	19		(1.157)	(46)	-	(1.203)
Extensão da Concessão			(628)	(538)	-	(1.166)
<b>Total da amortização</b>			<b>(2.018)</b>	<b>(588)</b>	<b>-</b>	<b>(2.606)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>			<b>13.833</b>	<b>(420)</b>	<b>100</b>	<b>13.513</b>

Nota	Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
<b>Em serviço</b>					
Servidão	-	276	-	-	276
Software	20%	240	3	-	243
Uso do bem público - UBP (i)	4%	2.211	-	-	2.211
Extensão da Concessão (ii)	4%	13.093	-	-	13.093
Em curso	-	42	10	(24)	28
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>15.862</b>	<b>13</b>	<b>(24)</b>	<b>15.851</b>
<b>Amortização</b>					
Software		(127)	(5)	-	(132)
Outros intangíveis		(101)	-	-	(101)
Uso do bem público - UBP	<b>19</b>	(1.111)	(46)	-	(1.157)
Extensão da Concessão		(90)	(538)	-	(628)
<b>Total da amortização</b>		<b>(1.429)</b>	<b>(589)</b>	<b>-</b>	<b>(2.018)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>14.433</b>	<b>(576)</b>	<b>(24)</b>	<b>13.833</b>

**(i) Passivo relacionado ao Uso do bem público**

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, ao valor estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Em relação a obrigação de uso do bem público (passivo relacionado), as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 40º ano da concessão.

**Passivo relacionado ao Uso do bem público**

	31/12/2022	Ajuste AVP	Pagamentos	Transfêrência	31/12/2023
Passivo circulante	380	-	(396)	418	402
Passivo não circulante	3.181	549	-	(418)	3.312
<b>Total</b>	<b>3.561</b>				<b>3.714</b>
	31/12/2021	Ajuste AVP	Pagamentos	Transfêrência	31/12/2022
Passivo circulante	329	-	(371)	422	380
Passivo não circulante	2.929	674	-	(422)	3.181
<b>Total</b>	<b>3.258</b>				<b>3.561</b>



**(ii) Extensão da concessão**

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

<b>Extensão do prazo de outorga (dia)</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>
1.648	13.093

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 5 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até fevereiro de 2046.

## **11 Fornecedores**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Materiais e serviços	1.320	1.922
Retenção contratual	419	413
Liquidação negativa CCEE	53	319
Compra de energia	1.011	327
	<b>2.803</b>	<b>2.981</b>

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações são realizados sem envolvimento de operação de “forfait”.

## 12 Empréstimos e financiamentos

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

			31/12/2023			31/12/2022		
Encargos	Vencimento		Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
<b>Moeda nacional - circulante</b>								
BNDES	TJLP + 3,17%	15/09/2027	15.095	221	15.316	14.946	277	15.223
<b>Moeda nacional - não circulante</b>								
BNDES	TJLP + 3,17%	15/09/2027	41.512	-	41.512	56.045	-	56.045
<b>Total geral</b>			<b>56.607</b>	<b>221</b>	<b>56.828</b>	<b>70.991</b>	<b>277</b>	<b>71.268</b>

O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José. Tem como garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na Ijuí Energia S.A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE – Contratos de compra e venda de energia, CCEAR – Contratos de compra de energia no ambiente regulado, e outras).

O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possuía as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010.

Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo:

1. aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento.
2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento.
3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027.

A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente:

Índice de capitalização  $\geq 25\%$

Índice de cobertura de serviço da dívida  $\geq 1,2$

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- (b) As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2022	Encargos de dívidas (nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2023
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES	71.268	6.353	(15.032)	(5.761)	<b>56.828</b>

	31/12/2021	Encargos de dívidas (nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2022
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES	85.614	7.532	(14.875)	(7.003)	<b>71.268</b>

- (c) As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2025	2026	2027	Dívida Total
15.115	15.115	11.282	<b>41.512</b>

### 13 Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos de Renda sobre o Lucro Líquido - IRPJ	722	686
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	394	374
Programa de Integração Social - PIS	164	149
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	758	688
Outros	30	25
	<b>2.068</b>	<b>1.922</b>

## 14 Provisões para gastos ambientais

	31/12/2022	Transfêrência	31/12/2023
Passivo circulante	98	(98)	-
Passivo não circulante	585	98	683
	<b>683</b>	<b>-</b>	<b>683</b>

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. A contrapartida dessas obrigações foram registradas no ativo imobilizado.

## 15 Provisões para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para divulgação em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

**Perda provável:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

(i) **Demandas cíveis:** atualmente existe um processo (um em 31 de dezembro de 2022) de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 4.169 (R\$ 4.169 em 31 de dezembro de 2022).

provisão é como segue:

	31/12/2022	Reversão	31/12/2023
Cível	<b>4.169</b>	-	<b>4.169</b>

**Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2023 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) **Demandas tributárias:** atualmente existem três processos (seis em 31 de dezembro de 2022) de natureza tributária de valor em risco aproximado em R\$ 114 (R\$ 451 em 31 de dezembro de 2022), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.

**(ii) Demandas cíveis:** atualmente existem dois processos (quatro em 31 de dezembro de 2022) de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 964 (R\$ 1.006 em 31 de dezembro de 2022), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.

**(iii) Demandas trabalhistas:** atualmente existem um processo (dois em 31 de dezembro de 2022) de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 997 (R\$ 921 em 31 de dezembro de 2022), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

**(iv) Demandas arbitrais:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2022).

**(v) Demandas ambientais:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2022).

**(vi) Demandas regulatórias:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2022).

## 16 Partes relacionadas

### 16.1 Transações com partes relacionadas

#### (A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2023	31/12/2022
<b><u>Passivo circulante - partes relacionadas</u></b>		
ACE Comercializadora Ltda. - Prestação de serviços		
Dividendos - Alupar Investimento S.A.	-	3.028
Dividendos - Foz do Rio Claro S.A.	-	3.152
Prestação de serviços - AF Energia S.A	118	159
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	105	137
	<b>223</b>	<b>6.476</b>
<b><u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u></b>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	<b>297</b>	<b>573</b>

**(B) Partes relacionadas: informações do resultado.**

		31/12/2023	31/12/2022
<b><u>Custo - partes relacionadas</u></b>			
Prestação de serviços - AF Energia S.A. (*)	<b>19</b>	(1.524)	(1.941)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A		(754)	(988)
Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		(5)	(83)
		<b>(2.283)</b>	<b>(3.012)</b>

(\*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes.

**16.2 Garantias**

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Orgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2023
08/11/2018	Diretoria	Ijuí Energia	N/A	Fiança	Garantia do processo 0001487-22.2017.8.17.2730 - Carta nº 181578818	08/11/2018	Indeterminado	935	935

**16.3 Remuneração da alta administração**

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 10% daquela devida à Diretoria.

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo (a)	(409)	(41)
Remuneração do conselho	(45)	(44)
<b>Total</b>	<b>(454)</b>	<b>(85)</b>

(a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

## 17 Patrimônio líquido

### 17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 298.936 e está representado por 315.106.452 ações nominativas, sendo representadas em por 273.064.862 ações ordinárias e 42.041.590 ações preferenciais, sem valor nominal.

	31/12/2023				31/12/2022			
	Ordinárias		Preferenciais		Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>								
Alupar Investimento S.A	112.360.571	41	42.041.590	100	112.360.571	41	42.041.590	100
Foz do Rio Claro Energia S.A	160.704.291	59	-	-	160.704.291	59	-	-
<b>Total das ações</b>	<b>273.064.862</b>	<b>100</b>	<b>42.041.590</b>	<b>100</b>	<b>273.064.862</b>	<b>100</b>	<b>42.041.590</b>	<b>100</b>

### 17.2 Reserva de lucros

#### a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 7.988 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 6.662 em 31 de dezembro de 2022.
- 

#### b. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 11.444 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 18.540 em 31 de dezembro de 2022.

#### c. Dividendos

- Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.
- Em 04 de abril de 2023 a Companhia, através de reunião do conselho de administração, declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros no montante total de R\$ 18.540. Pago em abril de 2023.
- Em 14 de abril de 2023 a Companhia, através de reunião do conselho de administração, declarou dividendos intercalares no montante total de R\$ 7.089. Pago em julho de 2023.
- Em 29 de agosto de 2023 a Companhia, através de reunião do conselho de administração, declarou dividendos intercalares no montante total de R\$ 6.665. Pago em outubro de 2023.

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>26.524</b>	<b>26.021</b>
Reserva legal	(1.326)	(1.301)
<b>Subtotal</b>	<b>25.198</b>	<b>24.720</b>
Dividendos mínimos obrigatório	(6.299)	(6.180)
Dividendos intercalares	(7.455)	-
Reservas de lucros	(11.444)	(18.540)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 18 Receita operacional líquida

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Receita de geração de energia elétrica</b>			
Suprimento de energia		78.172	73.008
Ajuste positivo CCEE		1.794	1.601
	<b>21</b>	<b>79.966</b>	<b>74.609</b>
<b>Deduções</b>			
PIS - Programa de integração social		(520)	(485)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(2.400)	(2.239)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(747)	(697)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(193)	(174)
		<b>(3.860)</b>	<b>(3.595)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>76.106</b>	<b>71.014</b>



## 19 Custos e despesas operacionais

		31/12/2023		31/12/2022	
Nota		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
<b>Custos não gerenciáveis</b>					
		(3.889)	-	(4.036)	-
		(1.361)	-	(1.292)	-
		(46)	-	(46)	-
		-	(50)	-	(28)
		<b>(5.296)</b>	<b>(50)</b>	<b>(5.374)</b>	<b>(28)</b>
<b>Custos gerenciáveis</b>					
		(3.225)	-	(1.549)	-
		(4.831)	(4)	(4.653)	(4)
		(108)	(46)	(90)	(77)
		(1.852)	(1.673)	(1.830)	(1.495)
		-	(454)	-	(85)
		(327)	(22)	(291)	(90)
		(2.112)	(1.208)	(1.871)	(1.274)
		(1.524)	-	(1.941)	-
		-	-	241	-
		(35)	-	(2.973)	-
		-	(43)	-	(12)
		(2.474)	(17)	(26)	(41)
		<b>(16.488)</b>	<b>(3.467)</b>	<b>(14.983)</b>	<b>(3.078)</b>
		<b>(14.626)</b>	<b>(127)</b>	<b>(12.833)</b>	<b>(169)</b>
		<b>(14.626)</b>	<b>(127)</b>	<b>(12.833)</b>	<b>(169)</b>
		<b>(36.410)</b>	<b>(3.644)</b>	<b>(33.190)</b>	<b>(3.275)</b>
		<b>(36.410)</b>	<b>(3.644)</b>	<b>(33.190)</b>	<b>(3.275)</b>

## 20 Resultado financeiro

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas Financeiras</b>			
Receita de aplicações financeiras (*)		77	3.849
Outras receitas financeiras		1	5
<b>Total</b>		<b>78</b>	<b>3.854</b>
<b>Despesas Financeiras</b>			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	12.b	(6.353)	(7.532)
Variação monetária		(625)	(723)
Outras despesas financeiras		(162)	(542)
<b>Total</b>		<b>(7.140)</b>	<b>(8.797)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(7.062)</b>	<b>(4.943)</b>

(\*) Refere-se receita financeira líquida, considerando demais despesas financeiras.

## 21 Imposto de renda e contribuição social correntes

		31/12/2023		31/12/2022	
	Nota	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Apuração Lucro Presumido</b>					
Suprimento de energia e Ajuste positivo	18	79.966	79.966	74.609	74.609
		<b>79.966</b>	<b>79.966</b>	<b>74.609</b>	<b>74.609</b>
Presunção de lucro - 8% / 12%		6.397	9.596	5.969	8.953
Receita financeira	20	77	77	3.849	3.849
Outras receitas	20	1	1	5	5
Base de cálculo IR e CS		<b>6.475</b>	<b>9.674</b>	<b>9.823</b>	<b>12.807</b>
Alíquota		15%	9%	15%	9%
Alíquota de adicional IRPJ		10%	-	10%	-
		<b>1.595</b>	<b>871</b>	<b>2.432</b>	<b>1.153</b>
<b>Total dos tributos correntes</b>		<b>1.595</b>	<b>871</b>	<b>2.432</b>	<b>1.153</b>
<b>LAIR</b>		<b>28.990</b>	<b>28.990</b>	<b>29.606</b>	<b>29.606</b>
<b>Alíquota efetiva</b>		<b>8,51%</b>		<b>12,11%</b>	

## 22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2023		31/12/2022		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa e bancos	13.385	13.385	25.967	25.967	-	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	6.004	6.004	6.315	6.315	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	14.560	14.560	11.194	11.194	-	Custo amortizado
	<b>33.949</b>	<b>33.949</b>	<b>43.476</b>	<b>43.476</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	2.803	2.803	2.981	2.981	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	56.828	56.828	71.268	71.268	-	Custo amortizado
Uso do bem público	3.714	3.714	3.561	3.561	-	Custo amortizado
	<b>63.345</b>	<b>63.345</b>	<b>77.810</b>	<b>77.810</b>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados.

**Empréstimos e financiamentos:** BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

### Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

#### *Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		4,32%	6,47%	8,63%	10,79%	12,95%
Títulos e Valores mobiliários	CDI 6.004	259	388	518	648	778

#### *Análise de sensibilidade das dívidas*

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2023 *	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			3,27%	4,90%	6,53%	8,16%	9,80%
BNDES	TJLP + 3,17%	56.828	3.719	4.674	5.630	6.586	7.547

(\*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

### **Gestão de riscos**

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

#### ***Risco de crédito***

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

#### ***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas.

#### ***Risco de regulação***

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### ***Risco Hidrológico***

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE São José nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100.

#### ***Risco de Descontratação***

Atualmente, todos os recursos da Companhia vendidos no Ambiente de Comercialização Regulada - ACR. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

#### ***Risco de taxas de câmbio***

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

#### ***Risco de liquidez***

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

## 23 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 695 e R\$ 644 no exercício de 2023 e 2022, respectivamente.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

## 24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.127.020	588	18/06/2024
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	310	18/06/2024
Seguro de veículos	100% Tabela Fipe	7	19/06/2024
<b>Total</b>	<b>1.827.020</b>	<b>905</b>	

(\*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias- primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

\* \* \*

**João Paulo Mendes do Nascimento**  
**Contador - CRC 1SP218586/O-1**